



A formação da consciência e a liberdade

Padre Jerónimo Trigo, claretiano

A nossa colaboração nesta Semana de Estudos comporta, em primeiro lugar, uma análise de alguns documentos recentes sobre situações de abusos de poder e de consciência na Vida Consagrada. Falaremos depois da centralidade e dignidade da consciência moral, da grandeza da liberdade e da formação da consciência. Terminamos com a apresentação de uma reflexão estimulante sobre a autoridade e a liberdade no escrito mais breve da Bíblia. Transcrevemos citações longas, de modo a que sejam os textos a falar. Sobre eles faremos alguns comentários, por vezes ressaltando apenas algumas palavras ou expressões. Mantemos o título estabelecido; melhor seria *A (ir)relevância da consciência e da liberdade. Perplexidades e reptos à Vida Consagrada*.

1. Orientações *O dom da fidelidade, a alegria da perseverança*

Esta Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada faz referência direta ao documento da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedade de Vida Apostólica (CIVCSVA) *O dom da fidelidade, a alegria da perseverança*, de 2 de fevereiro de 2020. Pretende proporcionar “orientações” que sejam “úteis a todos os consagrados e consagradas que têm funções de responsabilidade, seja no governo, seja na formação” (n. 3). O tema é a fidelidade e, unido a ela, a perseverança. No início do n. 1 refere “a fadiga da fidelidade e a diminuição das forças de perseverança”. O pano de fundo parece ser o fenómeno dos abandonos da vida religiosa. Cita-se o discurso do Papa Francisco à Assembleia Plenária da Congregação, a 28 de janeiro de 2017.

“Podemos dizer que, neste momento, a fidelidade é posta à prova. [...] Estamos diante de uma ‘hemorragia’ que debilita a vida consagrada e a própria vida da Igreja. Os abandonos da vida consagrada preocupam-nos. É verdade que alguns a deixam por motivos de

coerência, porque reconhecem, depois de um discernimento sério, que nunca tiveram vocação; mas outros, com o passar do tempo, não respeitam a fidelidade, muitas vezes, poucos anos depois da profissão perpétua. O que aconteceu?”

É sobre este questionamento que o documento se move. A primeira parte, “o olhar e a escuta” (nn. 5-22), subdivide-se em “o fenómeno dos abandonos: alguns nós críticos” (nn. 5-11) e “instâncias a serem interpretadas e dinâmicas a serem convertidas” (nn. 12-27). A terceira é sobre “a separação do instituto; normativa canónica e praxis dicasterial” (nn. 71-98). Ao lê-lo com atenção, nota-se a insistência em temáticas e linguagem pouco usuais em documentos oficiais, mesmo recentes, sobre a vida consagrada¹.

Ao expor o plano do documento, no n. 3, apresenta a segunda parte, “reavivar a consciência” (nn. 23-61), cita o Papa Francisco na sua insistência sobre o discernimento: “hoje em dia tornou-se particularmente necessária a capacidade de discernimento”. Fala-se dos consagrados como “homens e mulheres de discernimento”, isto é, “capazes de interpretar a realidade da vida humana à luz do Espírito, e, assim, escolher, discernir e agir segundo a vontade divina”. Por outro lado, “a formação implica um constante exercício do dom do discernimento, que dá maturidade necessária a uma pessoa consagrada. Hoje é fundamental na vida consagrada a maturidade”².

A segunda parte subdivide-se em “fidelidade e perseverança” (nn. 23-44) e “processos para um discernimento partilhado” (nn. 45-58). Fala-se repetidamente de “consciência”, “discernir”, “discernimento” e também de “liberdade”. É sobre ela que nos detemos.

Refere-se o “acompanhamento”, isto é, “trabalhar juntos para um discernimento que continua a ter sentido, também e sobretudo, nos momentos mais delicados e importantes da vida, numa perspectiva de inclusão, no respeito pela diversidade das escolhas” (n. 46). Relevante é “trabalhar juntos por um discernimento partilhado”, tanto no discernimento inicial, em que se “reconhecem juntos” os sinais, como “nos momentos da decisão de deixar a vida consagrada”. “O exercício de um discernimento partilhado permanece central para a credibilidade e a confiança da vida e da missão dos consagrados e consagradas, em comunhão com a Igreja, especialmente na atual conjuntura histórica” (n. 47)³.

¹ Nos nn. 1-2, utiliza 14 vezes, “fidelidade”, às vezes com qualificativo: “fadiga da fidelidade”, “fidelidade precária”, “fidelidade autêntica”, “fidelidade estéril”, “fidelidade temerária”.

² Em 8 linhas, usa “discernimento” e “discernir”, 4 vezes

³ “Discernimento” é referido 5 vezes. O número fecha com uma citação de *Gaudete et Exsultate*, 175: “quando perscrutamos na presença de Deus os caminhos da vida, não há espaços que fiquem excluídos. Em todos os aspetos da existência, podemos continuar a crescer e dar algo mais a Deus, mesmo naqueles em que experimentamos as dificuldades mais fortes. Mas é necessário pedir ao Espírito Santo que nos liberte e expulse aquele medo que nos leva a negar-Lhe a entrada nalguns aspetos da nossa vida. Aquele que pede tudo, também dá tudo, e não quer entrar em nós para mutilar ou enfraquecer, mas para levar à perfeição. Isto mostra-nos que o discernimento não é uma autoanálise presuntuosa, uma introspeção egoísta, mas uma verdadeira saída de nós mesmos para o mistério de Deus, que nos ajuda a viver a missão para a qual nos chamou a bem dos irmãos”.

Dos números seguintes, 48-49, “discernimento e acompanhamento”, salientamos algumas passagens⁴:

“Uma verdadeira saída de nós mesmos para o mistério de Deus, não é uma tarefa de solitários, mas uma viagem em comum de jovens, adultos e idosos, irmãos e irmãs, que se encaminham para viver juntos a aventura do encontro transformador com o Senhor. É uma viagem orientada para a maturidade da fé, para o estado adulto. [...] O chamamento para se realizarem escolhas que comprometem a própria consciência dos fiéis, para tomar decisões sobre si e sobre a própria vida em liberdade e responsabilidade, segundo a verdade do misterioso projeto de Deus. [...] Essa viagem procede por etapas dentro de um percurso de formação da identidade pessoal”.

A analogia da “viagem em comum” é estimulante. O objetivo é a “maturidade” e o “estado adulto”, “tomar decisões sobre si e sobre a própria vida em liberdade e responsabilidade”, a “formação da identidade pessoal”. Faz recordar as etapas da evolução da formação da consciência moral em que o objetivo é que as crianças e jovens atinjam a autonomia, e que os outros sejam companheiros e não dominadores ou tutores durante toda a vida que dizem o que se há de pensar e fazer, mas promotores de uma maturidade pessoal que faça passar da heteronomia à autonomia.

“Um processo de discernimento-acompanhamento para as pessoas consagradas, certamente mais desafiador em relação ao passado, apresenta potencialidades a serem expressas de modo novo”. Toda a formação, muito mais a formação da consciência para o discernimento pessoal é desafiadora, e nem pode ser uma repetição do passado. Há potencialidades que é preciso descobrir e “expressar de modo novo”. Isso não pode dispensar de “conjuguar experiência e profissionalismo”. O n. 50, “formar a consciência”, é um número central⁵.

“Na base de todo o dito sobre o discernimento e o acompanhamento, está a consciência moral credível. No fundo deste caminho põe-se então o grande tema da consciência e da sua formação. Capacidade de discernir é inseparável da formação das consciências: somos chamados a formar as consciências e não a pretender substituí-las”.

Esta última frase é citação de *Amoris Lætitia*, 37. Tornaremos a ela. O que se entende por consciência? Não uma realidade “individualista e intimista de si próprio”. A consciência é o “núcleo”, o “sacrário do homem”. É uma referência a *Gaudium et Spes*, 16. A ela voltaremos. “Ela coincide com a identidade pessoal de cada um, com a sua história mais ou menos conflituosa: relações, afeto, cultura de pertença”. São muitos os fatores que contribuem para a formação da consciência. Relevante é “colocar-se à escuta do verdadeiro bem que é Deus. É nessas experiências de bem que a consciência moral reconhece a sua profunda relação com Ele, que fala

⁴ “Consciência” é referida 2 vezes; “discernimento”, 7.

⁵ “Consciência / formar a consciência” está 13 vezes explícita e 2 implícita; “discernimento”, 5.

ao coração, ajuda a discernir, a compreender o caminho que se deve percorrer e a que se deve permanecer fiel”.

Há várias “formas fundamentais do caminho de discernimento e de acompanhamento”. A “compreensão de si”, o “dom de si e o compromisso”, “a liberdade responsável”, “o diálogo entre as consciências”. Fixemo-nos nos dois últimos.

Sobre a “liberdade responsável”, o n. 53 tem uma afirmação importante: “é preciso que o itinerário de formação à fiel perseverança ponha as condições de responsável liberdade e de contínua verificação dela numa verdadeira e própria aprendizagem do discernimento”.

O “diálogo entre consciências: a palavra e o bem”, (nn. 54-55), é fundamental para a formação da consciência⁶. Há afirmações relevantes:

“O discernimento terá o seu lugar específico no diálogo entre as consciências, especialmente na insuperável tradição do acompanhamento espiritual. [...] Se a pessoa permanece fechada em si mesma, fica prisioneira do seu sentir. Por meio da palavra, do diálogo, ao invés, chega a compreender o bem que está em jogo na sua experiência pessoal e abre-se à relação com os outros”.

Mais concretamente sobre a vida consagrada:

“A especificidade do estado de vida consagrada requer uma contínua e permanente formação moral. Trata-se de educar para a liberdade pessoal e de se colocar em jogo, na troca frutuosa com o outro e na disponibilidade para descobrir o bem, no qual o próprio Deus nos chama à plenitude da vida. Não nos podemos limitar a fazer conhecer a doutrina e as normas, muitas vezes de modo superficial ou inadequado; é preciso um apelo à leitura da própria experiência na qual é possível reencontrar-se a si mesmo e apropriar-se da motivação moral pessoal. Esse processo não pode ser unicamente individual, mas é ativado por boas relações intersubjetivas. A valorização do bem acontece na sua situação concreta, em que ela se apresenta à própria escolha pessoal. Trata-se concretamente da assunção de responsabilidade na formação da própria consciência. O diálogo do acompanhamento espiritual é um lugar e um tempo privilegiado dessa apropriação”.

E mais adiante:

“O diálogo entre consciências é instrumento precioso de autocompreensão, é possibilidade de confronto e de objetivação, de discernimento, não somente sobre o que fazer, mas também sobre o que já foi feito, para ser capaz de colher experiências e escolhas que orientaram e orientam o ser, o pensar e o agir como consagrados”.

Desta longa citação do n. 54 destacamos: “diálogo entre consciências”, “abertura à relação com os outros”, “contínua e permanente formação moral”, “educar para a liberdade pessoal”. Para lá de “conhecer a doutrina e as normas, muitas vezes de modo superficial ou inadequado, é preciso um apelo à leitura da própria experiência na qual é possível reencontrar-se a si mesmo e

⁶ “Discernimento” está 6 vezes; “consciência”, 3; “liberdade”, 1.

apropriar-se da motivação moral pessoal”. Para tal são necessárias “boas relações intersubjetivas” e a “assunção de responsabilidade na formação da própria consciência”. Também o n. 55 tem afirmações de relevo.

“Um discernimento espiritual que não perceba a sua incumbência no campo moral, estaria reduzida a uma abordagem espiritualista, separada do compromisso ante a comunidade e o mundo. Uma espiritualidade desse tipo poderia facilmente cair na legitimação da autorreferencialidade, do intimismo, ou na complacência de pertencer a uma elite que se considera superior ao resto do povo de Deus. [...] Por outro lado, um discernimento moral que não se enraíze na experiência espiritual reduzir-se-ia a um *decisionismo* ético ou mera observância exterior, sem alma e sem horizonte de sentido. Por isso, o discernimento é categoria moral e espiritual, um ponto de encontro entre moral e espiritualidade, em que a diversidade das abordagens à mesma realidade faz ver a riqueza antropológica e teológica da pessoa chamada em Cristo a dar frutos para a vida do mundo”.

Há que ter cuidado, porque a dimensão espiritual que não tenha uma “incumbência no campo moral” é um “espiritualismo” separado do “mundo”. É fácil na vida consagrada “cair na legitimação da autorreferencialidade, do intimismo, ou na complacência de pertencer a uma elite que se considera superior ao resto do povo de Deus”. Também uma moral sem “experiência espiritual” pode cair na “mera observância exterior, sem alma e sem horizonte de sentido”. Discernimento espiritual e discernimento moral implicam-se mutuamente na resposta ao “chamamento em Cristo” para “dar frutos para a vida do mundo”. A expressão é eco do n. 16 de *Optatam Totius* do Concílio Vaticano II, quando urge a renovação da Teologia Moral. No n. 56, “escolhas irrevogáveis”, escreve:

“A necessidade de um caminho de discernimento e de contínua formação de consciência, como percurso de fidelidade responsável às exigências do estado de vida consagrada, assume, e não é a partir de hoje, uma relevância muito especial. [...] As pessoas consagradas encontram-se no contexto da ‘sociedade líquida’ que fez quase desaparecer, da linguagem e da cultura, o sentido das *escolhas irrevogáveis*. De tal modo, torna-se mais difícil para o homem e para a mulher do nosso tempo uma proposta de compromisso por toda a vida. O hodierno contexto sociocultural é caracterizado pela abertura a sempre novas oportunidades. Consequentemente, a *decisão de vida* é muitas vezes adiada ao longo do tempo, se não totalmente removida, no engano de poder alcançar a realização pessoal, prescindindo de um compromisso que envolva totalmente a própria experiência. Nos casos em que se alcança uma decisão definitiva, ela aparece muitas vezes de uma fragilidade preocupante. Considerando especialmente a vida consagrada, impressionam os tempos e os modos com aos quais muitos consagrados e consagradas decidem abandonar a vocação escolhida como definitiva”.

É uma constatação que não precisa de grandes sublinhados nem comentários, mas sim de se tomar consciência do que é dito.

2. Outros pronunciamentos

Referimos a insistência com que alguns temas são tratados, coisa que não tinha sido usual noutros documentos do magistério sobre as temáticas da Vida Consagrada. Alguma coisa se está a passar, ou melhor, a ser posta a descoberto. O documento parte, como dissemos, de um discurso do papa Francisco de 28 de janeiro de 2017. Vejamos outros.

Entretanto, situemo-nos num tema que vai ser recorrente: os abusos de poder, de consciência. Verificam-se em cultura de obediência numa estrutura insana de autoridade. Dão-se não apenas a nível psíquico, físico, sexual, mas também no mais íntimo da pessoa, são os abusos de consciência. Consistem em conquistar, controlar e dominar a consciência de outrem. Considera-se que uma consciência é manipulada, quando, julgando atuar bem ou moralmente, acaba por agir segundo os interesses do manipulador. O abuso implica no abusado uma perda da liberdade, da autonomia; é alheamento de si mesmo, para se entregar a outro; é uma situação de dependência. Às vezes, em contexto de religiosidade, o abusador afirma ou diz colocar-se como a voz de Deus. São os abusos de poder e de consciência “em nome de Deus”.

Mas quem tem autoridade de qualquer tipo não se pode substituir à consciência do outro. Ninguém pode impor ou até ensinar a outro o que Deus está a pedir. Quem acompanha pode ajudar a que o outro se coloque na disposição para escutar a voz de Deus que fala ao coração da pessoa, também através de outras pessoas, mas quem discerne e decide se Deus lhe fala através de outra pessoa é a própria pessoa, para isso precisa de liberdade. É a clássica relação entre foro interno e foro externo.

As “Orientações *Vinho novo, odres novos; a vida consagrada desde o Concílio Vaticano II e os desafios ainda em aberto*”, de 6 de janeiro de 2017, ao referir-se ao “serviço da autoridade” (nn. 19-22), não utilizam repetidamente as palavras “consciência”, “liberdade”, “discernimento”. Denunciam, sim, a “centralização nas cúpulas, contrariando, assim, a necessária subsidiariedade”, e a “insistência de alguns superiores sobre o carácter pessoal da sua autoridade” (n. 19). Concretamente:

“Ao longo destes anos não faltaram episódios e situações de manipulação da liberdade e da dignidade das pessoas, sobretudo nos Institutos de fundação recente. Não só reduzindo-as a uma dependência total, que mortifica a dignidade e até os direitos humanos fundamentais, mas até induzindo-as, com vários abusos e com a pretensão de fidelidade aos projetos de Deus mediante o carisma, a uma submissão que afetava também a esfera da moralidade e até da intimidade sexual. Com grande escândalo para todos, quando os factos se revelam” (n. 20).

E concretiza:

“No serviço quotidiano da autoridade, pode-se evitar que a pessoa seja constrangida a pedir autorizações constantes para o normal funcionamento diário. Quem exerce o poder não deve incentivar atitudes infantis, que possam induzir comportamentos irresponsáveis. Essa linha só dificilmente levará pessoas à maturidade. Infelizmente, devemos reconhecer que situações desse tipo são mais frequentes do que as pessoas estão dispostas a aceitar e a denunciar, sendo mais evidentes nos institutos femininos. É essa uma das razões que parecem motivar numerosos abandonos. Para alguns, estes são a única resposta para situações que se tornaram insuportáveis. [...] Devemos dizer com clareza que o autoritarismo lesa a vitalidade e a fidelidade dos consagrados” (n. 21).

Não podemos deixar de ficar impressionados ou até arrepiados com as expressões usadas: “manipulação da liberdade e da dignidade das pessoas”, “dependência total, que mortifica a dignidade e até os direitos humanos fundamentais”, “abusos e com a pretensão de fidelidade aos projetos de Deus”, “constrangimento a pedir autorizações constantes”, dificuldade em “levar pessoas à maturidade”, “autoritarismo”.

Falando da “obediência e serviço da autoridade”, escrevem: “a verdadeira obediência não exclui, pelo contrário, requer que cada um manifeste a própria convicção amadurecida no discernimento, inclusive quando tal convicção não coincide com aquilo que é pedido pelo superior” (n. 24).

E mais adiante referem-se ao “estado de sujeição, o que infelizmente se verifica com frequência”, que “favorece perigosos infantilismos, podendo impedir a maturação global da pessoa”, ao “fosso” entre quem exerce a autoridade ou administra os bens e os outros membros, que é “fonte de sofrimento devido à disparidade e ao autoritarismo”, ao “depauperamento” na “decisão e desenvolvimento dos recursos pessoais e comunitários” (n. 40). Denunciam “a mera execução de obediências que não servem o Evangelho” (n. 42), “as formas de autoritarismo (n. 43), a “autoridade autorreferencial” (n. 45)

Reportando-nos a um tempo anterior, verificamos que na Instrução “*O serviço da autoridade a obediência*”, da CIVCSVA, de 11 de maio de 2008, se fala de “liberdade”, “consciência”, “discernimento”⁷. Citamos dois textos:

Do longo n. 20, “papel da autoridade para crescimento da fraternidade”, destacamos:

“Certamente não é livre quem tem a convicção de que as suas ideias ou soluções são sempre as melhores; quem considera poder decidir sempre sozinho, sem mediação alguma para conhecer a vontade divina; quem pensa ter sempre razão e não tem qualquer dúvida de que são os outros que devem mudar; quem pensa apenas em suas próprias coisas e não

⁷ Diz “liberdade” 26 vezes, normalmente em sentido positivo, “liberdade de filhos de Deus”, 4 vezes; “consciência”, 17 vezes. 6 em sentido psicológico, 11 em sentido moral; “discernimento”, 15 vezes, referido sobretudo ao serviço da autoridade.

presta atenção às necessidades alheias; quem pensa, enfim, que obedecer seja algo de outros tempos, algo que já não se pode propor num mundo mais evoluído. Livre, pelo contrário, é a pessoa que vive constantemente disposta e atenta para captar em cada situação da vida, e, sobretudo, em cada pessoa que está ao seu lado, uma mediação da vontade do Senhor, por mais misteriosa que seja”.

No n. 27 refere-se à “obediência e objeção de consciência”. Pretende apresentar o “seu significado autêntico”. Vejamos um extrato:

“Se, por um lado, é verdade que a consciência é o lugar onde ressoa a voz de Deus, que nos indica como comportar-nos, é também verdade que se torna necessário aprender a escutar esta voz com grande atenção, para saber reconhecê-la e distingui-la de outras vozes. Não devemos, com efeito, confundir esta voz com as que emergem de um subjetivismo, que ignora ou negligencia as fontes e os critérios irrenunciáveis e vinculantes na formação do juízo de consciência. [...] A pessoa consagrada deverá, portanto, refletir longamente antes de concluir que o que aquilo que representa a vontade de Deus é o que sente no seu íntimo e não o mandato recebido. Deverá recordar, igualmente, que a lei da mediação se há de levar em conta em todos os casos, evitando tomar decisões graves sem confronto ou verificação alguma. Permanece certamente indiscutível que o que interessa é chegar a conhecer e a cumprir a vontade de Deus, mas, da mesma forma, deveria ser indiscutível que a pessoa consagrada se tenha comprometido, com um voto, a reconhecer esta santa vontade através de determinadas mediações. Dizer que o que vale é a vontade de Deus, e não as mediações, rejeitá-las ou aceitá-las apenas quando agradam, pode tirar significado ao próprio voto e esvaziar a própria vida de uma das suas características essenciais”.

Por conseguinte, “à exceção de uma ordem que fosse abertamente contrária às leis de Deus ou às constituições do Instituto, ou que implicasse um mal grave e certo, em cujo caso a obrigação de obedecer não existiria, as decisões do superior abrangem um campo em que a avaliação do bem maior pode variar, segundo os pontos de vista. Querer concluir, pelo facto de uma ordem dada parecer objetivamente menos boa, que ela é ilegítima e contrária à consciência, significaria desconhecer, de uma maneira pouco realista, a obscuridade e a ambivalência de não poucas realidades humanas. Além disso, o recusar a obediência traz consigo um dano, muitas vezes grave, para o bem comum. Um religioso não deveria admitir facilmente que exista contradição entre o juízo da sua consciência e o do seu superior. Esta situação excepcional comportará, por vezes, um autêntico sofrimento interior”⁸.

⁸ A última parte é citação de Paulo VI, *Evangelica Testificatio*, 28; é precedida do seguinte texto: “não poderá suceder também que surjam conflitos entre a autoridade do superior e a consciência do religioso, ‘esse santuário no qual o homem se encontra a sós com Deus e onde a sua voz se faz ouvir’? É necessário acentuar: a consciência não é, por si só, o árbitro do valor moral das ações que ela sugere, mas deve referir-se a normas objetivas e, se for preciso, reformar-se e retificar-se”.

3. Comentários

Algo de relevante se passa. Em entrevista a *Donne, Chiesa, Mondo*, n. 85, fevereiro de 2020, Suplemento mensal de *L'Osservatore Romano*, o Cardeal João Braz de Aviz, Prefeito da CVCSVA, a propósito dos abandonos, faz várias considerações e diz: “aqui há também todo o problema do abuso da autoridade; como diz o Papa, quando a autoridade é interpretada como poder e não como serviço, pode chegar-se a situações dolorosas”. À pergunta “há um abuso de poder que concerne também as mulheres?”, responde:

“nas comunidades há religiosas que persistem em obedecer cegamente, sem manifestar aquilo que pensam. O medo existe muitas vezes; no caso das mulheres ainda mais; há medo da superiora. Na verdadeira obediência, ao contrário, é necessário manifestar, com coragem e verdade, aquilo que o Senhor nos sugere interiormente, para fornecer mais luz ao superior, a fim de poder decidir”.

E particulariza: “há casos em que os superiores retiveram os documentos de irmãs que desejavam sair do convento ou que foram mandadas embora”.

No mesmo número da Revista, por coincidência ou não, sob o título “Virgem consagrada para viver com a Igreja sem estar ligada a uma instituição”, está o testemunho de um membro da *Ordo Virginum*.

“A vida da virgem consagrada permite-me viver em sintonia, com todo o caminho feito nestes 25 anos [percurso académico, entre outras coisas] e que me tornou uma pessoa autónoma. De facto, gosto de caminhar com os meus pés, segundo a inspiração do Senhor. Tal estilo de vida dá-me a possibilidade de ser eu mesma na docilidade a Deus. A *Ordo*, ao mesmo tempo que proporciona momentos de formação espiritual e de encontros fraternos, garante-me um espaço pessoal que sou chamada a gerir com responsabilidade”.

Neste contexto, tem significado o artigo “abusos de autoridade na Igreja; problemas e desafios da vida religiosa feminina”, na revista *La Civiltà Cattolica*, em agosto de 2020⁹. Refere o “tema dos abusos”, que não concerne apenas aos “abusos sexuais e psicológicos cometidos pelos ministros da Igreja, mormente presbíteros, em relação a pessoas da minoridade”. Escreve:

“Um tema a que até hoje não se tem prestado a devida atenção é o abuso no interior das congregações femininas. Não assume, na maior parte, a forma de violência sexual, e não se refere a menores, mas nem por isso deixa de ser menos importante e repleto de consequências relevantes. Da experiência pastoral e dos colóquios havidos acerca deste assunto, trata-se, na maior parte dos casos, de abusos de poder e de consciência. [...] Os estudos e as muitas possibilidades pastorais de quem foi ordenado permitem aos religiosos

⁹ Giovanni Cucci, “Abusi di autorità nella Chiesa; problemi e sfide della vita religiosa femminile”, *La Civiltà Cattolica*, 4083-4084, agosto, 2020, 218-226. Traduzido em *Vida Consagrada*, 437, agosto-setembro, 2020, 372-382. Os textos publicados na Revista *La Civiltà Cattolica* são vistos previamente pela Santa Sé; têm um carácter “oficioso”.

masculinos viver com maior abertura e autonomia a vida fraterna e os votos religiosos”¹⁰, e cita o texto da entrevista do cardeal João Braz de Aviz, já transcrito. Fala de “chantagem psicológica”, a quem “anda à procura de uma modalidade em que veja respeitada a sua dignidade”.

A propósito dos abandonos, diz:

“Algumas irmãs permanecem nos seus Institutos, só porque não vislumbram a possibilidade de viver de outro modo. [...] É uma situação de chantagem psicológica que suscita grande tristeza. Outras, pelo contrário, mesmo tendo deixado a Congregação, não colocaram de parte o desejo de consagrar-se ao Senhor, mas procurando uma modalidade que possa respeitar a sua dignidade. Chama a atenção como algumas formas de consagração que facultam maior espaço de liberdade a quem as integra, como a *Ordo Virginum*, registem um número crescente de adesões. Em diversos casos, trata-se de ex-religiosas que abandonaram o seu Instituto, muitas vezes pelos motivos já referidos. Procuram uma autonomia e uma coerência de vida que não é incompatível com a consagração (poder sair, desenvolver alguma atividade pessoal, estudar, ensinar), uma autonomia que lhes foi negada. Até isto constitui um sinal, que não pode ser ignorado, no que diz respeito ao futuro da vida religiosa feminina”¹¹.

Um recente *Pliego* da conhecida revista *Vida Nueva* é sobre “Abusos de poder e de consciência na Vida Consagrada”¹². Transcrevemos alguns estratos. Inicia assim:

“Estendido no chão está Geoge Floyd, um rapaz negro de Minneapolis. O joelho de um polícia que lhe aperta o pescoço rouba-lhe o ar. Ouve-se um grito surdo: ‘não posso respirar’. Momentos depois morre asfiziado, vítima de uma agressão justificada como instrumento de paz social. E se houver na Vida Consagrada irmãos e irmãs nossos que vivem uma experiência semelhante? Morrem de asfiziia por causa de uma violência aceite em nome de Deus: abusos de poder, manipulações de consciência, derivas sectárias ... A analogia pode parecer exagerada, mas os dados confirmam-no. [...] É um fenómeno interno que afeta toda a vida religiosa e monástica, institutos clericais, laicais, masculinos e femininos, antigos e novos”¹³.

¹⁰ *Ibidem*, 372-373.

¹¹ *Ibidem*, 380. O mesmo autor, em artigo mais recente, apresenta o livro *Dysmas de Lassus, Risques et dérives de la vie religieuse*, Cerf, Paris, 2020. É o resultado do encontro com pessoas que sofreram abusos de vários tipos. Ao dar-lhes a palavra, procuram identificar-se os desvios comunitários e institucionais que os tornaram possíveis. Fala-se de: “comunidades destrutivas”, “caraterísticas de uma autoridade que aprisiona a consciência”, “clima de medo”, “estrutura piramidal”, “cultura de mentira praticada em nome da unidade”, “autoridade como privilégio”, “abuso espiritual como abuso de autoridade, tornado mais grave pela utilização da autoridade divina, para dominar uma ou mais pessoas”, “abusos em várias formas”, “a particular gravidade do abuso do nome de Deus”. Afirma: “os abusos de consciência são em grande parte consequência do abuso do nome de Deus, instrumentalizado para gratificar carências pessoais”, cfr Giovanni Cucci, SJ, “Rischi della vita religiosa”, *La Civiltà Cattolica*, 4092, 19 dezembro, 2020, 557-569.

¹² Alejandro Labajos, SJ., “Abusos de poder y de consciência en la vida Consagrada”, *Vida Nueva*, 3191, 12-18 de setembro de 2020, 23-30. Na bibliografia indica o texto de *Dysmas de Lassus*, antes referido.

¹³ *Ibidem*, 24.

Refere o “abuso espiritual”.

“É um verdadeiro abuso de poder que supõe um excesso no desempenho das próprias funções hierárquicas, pastorais ou espirituais, estabelecendo relações perversas e forçando alguém na sua consciência para robustecer o próprio poder e imagem”¹⁴. Tem elementos próprios: “a linguagem religiosa, que em muitas ocasiões é capaz de criar percepções ambíguas da realidade, justificar o mal recorrendo a palavras como “entrega”, “dom de si mesmo”, “sacrifício”, “comunidade”, “missão”, etc., e também o vínculo da obediência que caracteriza as relações com um tom particular, e, no abuso, coloca quem obedece perante um dilema de consciência difícil de resolver. Tudo isso pode decantar-se numa cultura comunitária que encobre em nome da fé”¹⁵.

Caracteriza os “sedutores”, os métodos e as formas de sedução. Uma das mais usadas é “a manipulação da linguagem”. “A destreza predileta de quem abusa é a linguagem. A linguagem religiosa é muito suscetível de manipulações porque recorre a argumentos de autoridade: Deus, o Evangelho, a Regra, a palavra do Fundador ... Além disso, toca aspetos afetivos profundos”¹⁶. Sobre a “cultura comunitária do abuso”, refere o “elitismo eclesial”, a “idolatria da unidade”, a “cobertura comunitária do abuso” e a “negação da conduta abusiva”.

Finalmente, releva “os riscos da obediência”.

“A obediência religiosa é um dos traços próprios da Vida Consagrada. É obediência a Deus, através das mediações humanas. Há que escutar Deus em conjunto, confiando que na voz do superior há uma palavra de Deus para a vida pessoal. Porém, a obediência tem limites. Primeiro: entende-se no contexto de uma Regra. Todos [...] se devem conformar a uma forma de vida assumida livremente.

Segundo: a profissão da obediência não exime nunca da responsabilidade própria para discernir o que Deus quer. A decisão do superior forma parte das mediações, mas não substitui a inteligência nem a consciência próprias. O contrário da obediência evangélica é a submissão infantil a uma figura supostamente ‘eleita’ por Deus. Por desgraça, na Vida Consagrada há ‘obediências’ que sepultam a liberdade, quer por quem assume a autoridade, quer porque há quem espera que tudo venha de cima libertando-se da sua insegurança.

Terceiro: a própria obediência deve permitir corrigir a quem tem o serviço de governo. Se, de facto, nunca se deixa questionar, algo não funciona. É raro que o Espírito Santo fale sempre através da mesma pessoa. [...] Os repetidos escândalos relacionados com o abuso mostram como o santuário da consciência foi inundado por anos de mentiras, manipulação e obediência insana”¹⁷.

¹⁴ *Ibidem*, 25,

¹⁵ *Ibidem*, 25

¹⁶ *Ibidem*, 27.

¹⁷ *Ibidem*, 29.

Está em causa a distinção entre foro interno e foro externo. Conclui:

“Já não é possível escudar-se no desconhecimento nem espiritualizar o fenómeno dos abusos, nem aduzir que são factos periféricos de sempre. O silêncio é cúmplice. Os abusos espirituais não formam parte dos conflitos normais da vida comunitária ou institucional. Não. São uma dinâmica perversa e uma doença grave do corpo eclesial”¹⁸.

4. Centralidade da consciência moral

A grande tradição moral da Igreja Católica sempre afirmou que a consciência moral pessoal é a norma moral última e inviolável para o agir aqui e agora. Mas não é difícil aperceber-se que um bom número de crentes não acredita nisso. Para eles, é a clareza de normas e leis estabelecidas que deve ser o guia do comportamento moral. Assim, o papel da consciência pessoal é simplesmente tornar próprias tais normas morais objetivas e obedecer-lhes. Releva-se a consciência psicológica, a capacidade de conhecer, e a aplicativa, do ponto de vista moral.

A preocupação de muitos é que, se a consciência pessoal for considerada a norma última e inviolável do agir pessoal, inevitavelmente vai cair-se no que chamam “subjetivismo ou relativismo moral”. Santo Afonso Maria de Ligório (1696-1787), bispo e doutor da Igreja, patrono de teólogos moralistas e de confessores, inicia assim a *Theologia Moralis*:

“A regra dos atos humanos é dupla; uma é chamada remota, outra, próxima. Remota ou material é a lei divina; próxima ou formal é a consciência. Ainda que a consciência se deva conformar em tudo à lei divina, contudo, a bondade ou a malícia das ações humanas torna-se conhecida para nós, conforme é apreendida pela consciência mesma”¹⁹.

E mais adiante:

“Quem tem consciência invencivelmente errónea, não só não peca agindo segundo ela, mas também é obrigado, às vezes, a segui-la. A razão das duas afirmações é: não peca, porque embora em si a ação não seja reta, é reta, contudo, segundo a consciência do agente. Este é obrigado, pois, algumas vezes, a agir, segundo ela, se a consciência, que é regra próxima, assim lhe sugere que deve agir. [...] Quem atua com uma consciência invencivelmente errónea não só não peca, mas mais provavelmente alcança também méritos”²⁰.

Expliquemos:

A consciência como fator personalizador da vida moral. Afonso de Ligório afasta-se da compreensão aplicativa, quase mecânica, de consciência moral, em que a pessoa fica reduzida a agente calculador das normas que se aplicariam ou não. O seu pensamento é marcado pela orientação “personalista”, que se traduz na interpretação da consciência.

¹⁸ *Ibidem*, 30

¹⁹ Alfonso Liguori, *Theologia Moralis*, Lib. I, tract I. cap. I, n. 1.

²⁰ *Ibidem*, nn. 5-6.

A consciência, instância constitutiva de moralidade. A afirmação mais peculiar e decisiva é dizer que a consciência é “norma formal e próxima” do agir moral. O que é que isto quer dizer? No universo moral, “a regra dos atos humanos”, há dois fatores em dialética tensional que não existem em separado: um de carácter objetivo (o que é o bom), “a regra remota ou material”, identificada com “a lei divina”, o outro subjetivo (como ser bons, como agir bem), “a regra próxima ou formal”, concretiza-se na consciência pessoal.

Consciência e autonomia. A visão da consciência como “regra formal” leva a insistir sobre a necessidade de que a ordem objetiva seja assumida, feita própria com certeza, pela consciência pessoal. Só é norma “enquanto é apreendida pela consciência mesma”; é a “promulgação” na consciência. Sem isto há apenas a “regra material” ou a dúvida, não a fonte da plena e verdadeira obrigação moral. A verdade moral, entendida formalmente, é dada pela consciência.

Consciência aplicativa e consciência propositiva. A consciência não fica reduzida a mero reflexo da norma objetiva, a uma dedução, como consciência aplicativa. É aqui que está a função constitutiva da consciência moral; não repete simplesmente, mas investiga a realidade concreta, faz um discernimento e propõe uma solução. Neste sentido, fala-se de consciência propositiva, ou até criativa.

Consciência errónea. É na afirmação do carácter vinculante da “consciência invencivelmente errónea”; isto é, a pessoa objetivamente está no erro, mas a sua consciência é subjetivamente reta, ou seja, de boa fé, sem culpa. Isso releva a força constitutiva da consciência na vida moral. Para Tomás de Aquino, o erro invencível unicamente “escusa” do pecado; para Afonso de Ligório, a consciência invencivelmente errónea, não só exime do pecado, mas também torna meritório o ato moral.

O cardeal São John Newman (1801-1890), na célebre *Carta ao Duque de Norfolk*, escrita para defender o catolicismo da acusação da odiosa dependência dos católicos em relação ao Papa, diz:

“A consciência não é um egoísmo sagaz, nem o desejo de ser coerente consigo mesmo. É um mensageiro d’Aquele que, tanto na natureza, como na graça, nos fala por detrás de um véu, nos ensina e nos governa, por meio dos seus representantes. A consciência é o vigário originário de Cristo (*aboriginal vicar of Christ*). É um profeta que nos revela a verdade, um soberano que impõe as suas ordens, um sacerdote que abençoa ou excomunga. Se o sacerdócio eterno da Igreja desaparecesse, o princípio sacerdotal sobreviveria a esta ruína e continuaria a existir encarnado na consciência”.

Com esta imagem, ressalta a dimensão religiosa da consciência moral. A consciência está unida a Cristo do mesmo modo em que um vice está ligado a quem tem a potestade ordinária. Duas acentuações:

Primeira.

“Não se trata de um vigário qualquer, mas do primeiro vigário; portanto, não há nada nem ninguém entre a consciência e Cristo. Não existe uma mediação ulterior; melhor, quem quiser encontrar Cristo, por assim dizer, deve passar através do seu vigário, que é a consciência. Apenas ela está na condição de contacto direto e íntimo como Mestre. [...] Aceitando a responsabilidade vicária, a consciência moral não pode avocar, de lado nenhum, ajudas para aplicar a vontade do outorgante; está só. Nesse sentido, o primeiro vigário torna-se também ‘vigário geral’. Uma espécie de delegado ‘*ad omnia*’, pelo qual não há nada que a consciência não possa julgar no nome de Cristo. A sua competência estende-se a todos os aspetos da existência vivida à luz da intencionalidade cristã”²¹.

Segunda.

“Pelo caráter vigário da consciência, a força da sua autoridade não deriva de si, mas é-lhe proporcionada por um outro. No entanto, ela pode reivindicar o privilégio do primado sobre qualquer outra autoridade, enquanto aceita sobre si a autoridade de Cristo. A ênfase aqui é posta no caráter constitutivamente dependente da consciência, caráter que não deixa qualquer espaço a uma autonomia que recuse o vínculo com Cristo. A dignidade do exercício da potestade vicária deriva da fidelidade à vontade do outorgante e da capacidade de interpretá-la, sem uma invocação servil do seu parecer”²².

5. Dignidade da consciência moral

O Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes*, n. 16, apresenta a consciência na linha da teologia paulina e da grande tradição teológica, separando-se de algumas posições então prevalentes. Fala dela e da sua “dignidade” assim:

“No fundo da própria consciência, o homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer; cuja voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa oportunamente aos ouvidos do seu coração: faz isto, evita aquilo. Na verdade, o homem tem uma lei inscrita por Deus no seu coração; a sua dignidade está em obedecer-lhe, e segundo ela será julgado”.

Trata-se da lei interior “inscrita por Deus no seu coração”, isto é, a consciência, o “coração” em sentido bíblico e pascaliano; existe em todas as pessoas. Proclama-se a sua interioridade e centralidade como instância profunda, que manifesta a autonomia pessoal. A lei interior é absoluta, a lei exterior, qualquer que seja, é relativa a ela, está ao seu serviço e não o contrário. A educação, a formação corrente ensina-nos mais a respeitar a lei do que a questionar a consciência, para perceber aquilo a que nos obriga. Um certo culto da lei, da ordem, da autoridade, leva-nos a desconhecer, na prática, o absoluto da consciência.

²¹ Cataldo Zuccaro, *Roccia o farfalla? La coscienza morale cristiana*, AVE, Roma, 2007, 12-13.

²² *Ibidem*, 13.

A consciência moral desenvolve-se pouco a pouco, por estímulos interiores e exteriores. Pode ser que se afaste, se descuide, esteja até no erro; por isso, tem necessidade de ajuda exterior, em várias formas, como apoio, estímulo, correção. Mas nunca a lei, serva da consciência, se pode substituir a ela e ocupar o seu lugar.

É um apelo incessante, uma voz discreta e pressionante. Apela a quê? A amar o bem. Qual em concreto? Como se determina? É a função do discernimento. A pessoa tem o dever de buscar a sua vocação, de avaliar o melhor modo para lhe responder, num preciso momento da história pessoal. Pode ser um bem objetivo, mas só a consciência proporciona a verdadeira alma ao agir e faz a ação subjetivamente boa.

A obediência, ou melhor, o verbo “obedecer” é usado duas vezes. Obedecer a quem? À lei inscrita em si por Deus, a suprema lei moral que emana da natureza da pessoa; é uma voz do interior, não do exterior: Obediência que não é servidão, mas, pelo contrário, manifestação da própria liberdade fonte de dignidade. Deus não coloca a pessoa em perpétua menoridade, como se ela não fosse capaz de reconhecer e interpretar a sua voz. Recusar esta lei interior é renegar-se a si mesmo.

O Concílio, ao falar de consciência, não cita as leis humanas e disciplinares, nem a autoridade humana, nem refere a elas a obediência devida ou o julgamento a que a consciência possa ser sujeita. A obediência é devida à lei que a consciência descobre e impõe a si mesma, a lei inscrita por Deus no próprio coração. A Teologia Moral mais clássica sempre reconheceu que não é legítimo obedecer a uma ordem que esteja em evidente oposição à consciência.

O verbo “julgar” pode suscitar ressonâncias de um julgamento judicial, em que há uma sentença de quem tem autoridade, de condenação ou de absolvição, mas, no caso, a analogia não serve. Trata-se da obediência da pessoa a si mesma, ao seu dinamismo profundo, humano e divino. O julgamento é com base nessa lei.

“A consciência é o núcleo mais secreto do homem e o santuário onde ele está a sós com Deus, cuja voz ressoa no seu íntimo. É de um modo admirável que a consciência nos dá a conhecer essa lei, que se cumpre no amor de Deus e do próximo”.

Depois de referir a relação da pessoa consigo mesma na lei interior, o texto chama a atenção para uma realidade que completa e aperfeiçoa a realidade natural de Deus no interior da pessoa, a realidade da fé. É na consciência que se dá o encontro pessoal, íntimo, “a sós”, com Deus, em dialética eu-tu, onde ressoa a sua voz se dá a conhecer a lei fundamental: o amor a Deus e ao próximo. O conteúdo do imperativo fundamental é a lei do amor; revela-se por obra da consciência; a lei exterior pode ajudar, mas não é a instância própria.

“Pela fidelidade à consciência, os cristãos unem-se aos demais homens, para procurar a verdade e resolver, com acerto, os numerosos problemas morais, que surgem tanto na vida individual como na comunidade social. Portanto, quanto maior for o predomínio da reta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos se afastam do arbítrio cego, e se esforçam por conformar-se com as normas objetivas da moralidade”.

A pessoa em permanente vocação perante si mesma, em intimidade com Deus, está também com os outros. Ninguém está sozinho, ninguém conhece tudo, os dons de Deus, as sementes do Verbo estão espalhadas em todos os corações e em todas as mentes. Falamos, então, de “circularidade, de reciprocidade de consciência”. Em cada ser humano, crente ou não, está presente a voz apelante de Deus sob formas diferentes, seja dos valores ou da experiência do divino. A consciência é a instância onde se dão a conhecer.

O texto afirma, demovendo narcisismos, arrogâncias e autorreferências justificantes, a necessidade da união com as outras pessoas, na “busca da verdade”. O que implica, no rigor dos termos, que a não tem. Ou seja, os cristãos não possuem, mais que os outros, a verdade para a solução justa dos problemas morais pessoais ou sociais. Têm que a buscar em conjunto. A Constituição *Gaudium et Spes* explicita-o abundantemente noutras passagens. Para muitos, isto é chocante porque muitas vezes a Igreja afirmou possuí-la como resplendor da verdade divina; note-se que se trata de questões morais. O Concílio é mais modesto; problemas comuns tratam-se em comum.

Outro perigo é o “arbítrio cego” de pessoas e grupos. A busca comum ajuda a afastá-lo. Por outro lado, note-se, ainda em relação à dialética consciência, dimensão subjetiva e normas objetivas, que não se parte das normas para a consciência, mas o contrário, a norma objetiva está no fim do processo em que todos são chamados a participar, buscando-a.

Finalmente, como corolário, fala da consciência invencivelmente errónea, isto é, afastada da verdade como tal, mas subjetivamente de boa fé; ela não perde a dignidade. O mesmo não acontece “quando se preocupa pouco com investigar a verdade e o bem” e, com o hábito do pecado, vai perdendo a lucidez.

O Concílio acentua fortemente os traços de uma concepção personalista da consciência, como critério último da decisão moral. Ao falar das coisas que relevam uma “vida verdadeiramente humana” e que são sinal da “eminente dignidade da pessoa humana”, cita, entre outras, “o direito de agir segundo a norma reta da própria consciência” (GS 26). Declara ainda que o “Evangelho de Cristo”, melhor do que qualquer “lei humana”, é salvaguarda da “dignidade pessoal e da liberdade do homem”, porque “anuncia e proclama a liberdade dos filhos de Deus [...] e respeita religiosamente a dignidade da consciência e a sua livre decisão” (GS 41). Inclui também os não crentes: “aqueles que, ignorando o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, procuram, contudo, a Deus com coração sincero e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir a sua vontade, manifestada nos ditames da consciência” (LG 16).

6. Papa Francisco, Exortação Apostólica *Amoris Lætitia*

A consciência moral é entendida de maneira diferente, ou, pelo menos, com matizes diferenciados, em que uns acentuam uns aspetos, outros, outros, mesmo nos documentos do Magistério. O Papa Francisco, na Exortação Apostólica *Amoris Lætitia*, de 19 de março de 2016, demarca-se da tendência que a vê com suspeição; refere-se a ela recorrentemente. Cita a doutrina recolhida pelo Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes* (cfr AL 222). Repetidamente se tem referido ao discernimento pessoal, que implica a consciência moral²³. Na *Exortação Apostólica* afirma com vigor:

“Custa-nos deixar espaço à consciência dos fiéis, que, muitas vezes, respondem o melhor que podem ao Evangelho no meio dos seus limites e são capazes de realizar o seu próprio discernimento perante situações onde se rompem todos os esquemas. Somos chamados a formar as consciências, não a pretender substituí-las” (AL 37).

E mais adiante, referindo-se a questões matrimoniais:

“A consciência das pessoas deve ser melhor incorporada na práxis da Igreja em algumas situações que não realizam objetivamente a nossa conceção do matrimónio. É claro que devemos incentivar o amadurecimento duma consciência esclarecida, formada e acompanhada pelo discernimento responsável e sério do pastor, e propor uma confiança cada vez maior na graça. Mas esta consciência pode reconhecer não só que uma situação não corresponde objetivamente à proposta geral do Evangelho, mas reconhecer também, com sinceridade e honestidade, aquilo que, por agora, é a resposta generosa que se pode oferecer a Deus e descobrir com certa segurança moral que esta é a doação que o próprio Deus está a pedir no meio da complexidade concreta dos limites, embora não seja ainda plenamente o ideal objetivo” (AL 303).

Fala de “consciência”, como instância onde o discernimento pessoal e pastoral se deve apoiar para poder ter “certa segurança moral”, daquilo que Deus está a pedir numa determinada situação, mesmo reconhecendo que não é o ideal objetivo. É o reconhecimento do papel importante da consciência na vida dos fiéis, tanto para o discernimento das situações, como para a clarificação da responsabilidade e da culpabilidade pessoais. Ou seja, a consciência pessoal é competente para reconhecer como os valores e os males em sentido objetivo se articulam com as situações concretas subjetivas na sua complexidade, e, conseqüentemente, fazer um juízo, o juízo de consciência. “Os fiéis são capazes de realizar o seu próprio discernimento perante situações onde se rompem todos os esquemas”.

Não se trata da verdade moral objetiva “em si mesma”; a norma objetiva que a consciência há de aplicar como se fosse um silogismo; isto é, da aplicação a cada situação particular das normas

²³ Tratei o tema “discernimento pessoal e comunitário” na Semana de Estudos de 2018. O texto está publicado em *Vida Consagrada*, n.º 422, janeiro de 2019, 9-31.

objetivas, do ajustamento da situação à ordem moral objetiva. A ação da consciência seria, então, ao nível psicológico do conhecimento.

Por se considerar o perigo do subjetivismo ou da ética de situação, a ênfase, muitas vezes, foi colocada na dimensão objetiva; a consciência moral fica, então, submetida às normas. No Concílio Vaticano II, como vimos, a ênfase está na autoridade e dignidade da consciência, e não na autoridade e dignidade da norma, ou de onde emana.

À consciência moral é reconhecida capacidade para apreender o significado profundo de uma norma, assim como a complexidade da situação que envolve a pessoa. As normas objetivas, como guia, devem passar pela consciência; é aí que ocorre o processo de compreensão, juízo, decisão e ação. As normas objetivas são guias; a consciência tem função hermenêutica para as relacionar e interpretar nas situações concretas. Não é subjetivismo nem relativismo; é reconhecer a impossibilidade de submeter todas as situações a uma regra uniforme.

Valoriza-se a dimensão propositiva da consciência moral, como capacidade de a pessoa tomar decisões, como protagonista e sujeito do agir, capaz de apresentar respostas possíveis na situação concreta. Neste sentido, pode falar-se de criatividade. A consciência de carácter propositivo, que tantas vezes aparece como problema, em *Amoris Lætitia* é vista como solução. Esta não desconfia da autonomia subjetiva da pessoa, não as vê com desconfiança ou como obstáculo, mas como possibilidade para chegar a um discernimento pessoal ajudado por outros.

7. A grandeza da liberdade

O n. 17 da *Gaudium et Spes* acentua a “grandeza da liberdade”. Diz: “mas é só na liberdade que o homem se pode converter ao bem. Os homens de hoje apreciam grandemente e procuram com ardor esta liberdade; e com toda a razão. [...] A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem divina no homem. Pois Deus quis ‘deixar o homem entregue à sua própria decisão’ (*Ec/* 15, 14), para que busque por si mesmo o seu Criador e livremente chegue à total e beatífica perfeição, aderindo a Ele. Exige, portanto, a dignidade do homem que ele proceda segundo a própria consciência e por livre adesão, ou seja movido e induzido pessoalmente desde dentro e não levado por cegos impulsos interiores ou por mera coação externa”.

Ressalta a “grandeza da liberdade” na pessoa e aborda-a em duplo sentido. Como valor ontológico em si, inerente ao seu ser, e como dinâmica que visa a realização da dignidade humana. A verdadeira liberdade é um sinal privilegiado da dignidade humana e condição da sua possibilidade; “é um sinal privilegiado da imagem do divino no homem”. Esta condição tem evidentes consequências no agir; em primeiro lugar, na adesão da pessoa aos valores morais: “é só na liberdade que o homem se pode converter ao bem”; depois, no agir por decisão pessoal:

“Deus quis deixar o homem entregue à sua própria decisão”. Exprime perfeitamente a ideia da valorização da autonomia pessoal na vida moral.

O Concílio apresenta a relação íntima entre liberdade e consciência, destacando a unidade de ambas com a dignidade da pessoa: “a dignidade humana exige que proceda segundo a própria consciência e por adesão, ou seja, movida e induzida pessoalmente e a partir de dentro, e não seja levada por cegos impulsos interiores ou por mera coação externa”. Uma pessoa chamada a responder à sua dignidade e vocação ‘pessoalmente e a partir de dentro’ não pode limitar-se a receber passivamente preceitos provenientes do exterior e a aplicá-los mesmo com algumas modificações acidentais.

A consciência está colocada no centro da própria dignidade da pessoa, que deve agir segundo ela e por adesão pessoal e interior; a grandeza da ação livre está aí. O mesmo não acontece quando é conduzida por impulsos interiores não esclarecidos ou por coação externa; a dignidade da autonomia da pessoa acontece “quando, libertando-se da escravidão das paixões, tende para o fim pela livre escolha do bem e procura a sério e com diligente iniciativa os meios convenientes”. A consciência só é consciência moral se for autónoma, isto é, quando descobre os valores morais e atua em conformidade com eles por adesão pessoal, consciente e livre. A dignidade da autonomia do homem, assim entendida, sendo uma realidade inerente à pessoa, precisa também de ser promovida pela própria pessoa, para nela e por ela se exprimir.

Enfim, “o Evangelho anuncia e proclama a liberdade dos filhos de Deus; rejeita toda a servidão, que tem a sua última origem no pecado; respeita religiosamente a dignidade da consciência e a sua livre decisão” (GS 41).

S. Tomás de Aquino pode ajudar-nos a perceber que esta perspetiva não é nova. Pertence ao melhor da tradição teológica. A propósito da afirmação de S. Paulo “onde está o Espírito do Senhor, aí está a liberdade” (2 Cor 3, 17), escreve:

“É livre aquele que é causa de si mesmo (*causa sui*); porém, é servo aquele cuja causa é o senhor. Portanto, aquele que escuta a partir de si mesmo atua livremente; aquele que é movido por outro não atua livremente. Portanto, aquele que evita os males, não porque são males, mas por causa de um preceito do Senhor, não é livre; mas aquele que evita os males porque são males é livre. Ora é isto o que faz o Espírito Santo, o qual aperfeiçoa interiormente a mente, através de um bom hábito, de modo que se abstenha do mal por amor, como se o prescrevesse a lei divina. Assim, diz-se livre, não porque subtraído à lei divina, mas porque está inclinado por um bom hábito, para fazer isto, ou seja, aquilo que a lei divina ordena”²⁴.

²⁴ Tomás de Aquino, *Super epistolas S. Pauli lectura*, I, Marietti, Torino / Roma, 1953, 464.

No prólogo da segunda parte da *Summa Theologica*, afirma: “O homem diz-se feito à imagem de Deus, enquanto imagem significa ‘um ser intelectual, com livre arbítrio e potestade própria’. [...] É princípio do seu agir, por estar dotado de livre arbítrio e domínio sobre os seus atos”²⁵.

A imagem de Deus no ser humano está na capacidade de intelecto, isto é, de pensamento, de escolha e de decisão; é para si mesmo, princípio do seu agir. É livre enquanto é causa de si mesmo, autonomia, ou seja, não movido por motivos de fora, heteronomia. Daí que a liberdade no agir nasce do conhecimento e da convicção próprias. Quem atua movido pelo exterior, heteronomia, não é livre; é livre quem é autónomo. O bem não é bem porque está mandado, mas está mandado porque é bem. A moral nominalista posterior tinha uma perspectiva oposta; dizia: *bonum quia jussum, malum quia prohibitum*, “é bom porque é mandado, é mau porque é proibido”. Mandado ou proibido por quem? Por quem detém a autoridade. Isto teve e tem grandes repercussões a vários níveis, eclesiais e políticos.

A ação de Deus, teonomia, não se coloca ao nível de legislador que ordena, que proíbe através de preceitos, que premeia ou castiga, heteronomia teónoma ou teonomia heterónoma, mas no Espírito Santo que “aperfeiçoa interiormente a mente”, que ilumina, fortalece, move a partir de dentro, autonomia teónoma ou teonomia participada. Note-se que “lei divina” não é o mesmo que “preceito do Senhor”. “Lei divina”, lei interior e consciência coincidem.

Assim a ação é realizada por amor e, portanto, boa, como se fosse a lei divina a prescrever. Ou seja, quando a pessoa, com verdade, coloca as suas faculdades e se interroga diante de Deus sobre o que fazer, acaba por descobrir e aderir, por si, à vontade divina; só ela o pode fazer.

A Constituição *Gaudium et Spes*, n. 26, diz que a pessoa, entre outros, tem “o direito de agir segundo a reta norma da própria consciência, o direito à proteção da sua vida e à justa liberdade, inclusivamente em matéria religiosa”. A temática da liberdade religiosa é depois desenvolvida na Declaração *Dignitatis Humanæ*. Antes de mais, o reconhecimento de uma realidade: “os homens de hoje tornam-se cada vez mais conscientes da dignidade da pessoa humana e, cada vez em maior número, reivindicam a capacidade de agir segundo a própria convicção e com liberdade responsável, não forçados por coação, mas levados pela consciência do dever” (*DH 1*). Depois a avaliação e as consequências: “Todos os homens têm o dever de buscar a verdade e o bem. [...] Tais deveres atingem e obrigam a consciência humana, a verdade não se impõe de outro modo, senão pela sua própria força, que penetra nos espíritos de modo, ao mesmo tempo, suave e forte” (*DH 1*).

Mais concretamente: “em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma” (*DH 2*). “Cada um tem o dever e, conseqüentemente, o direito, de procurar a verdade em matéria religiosa, de modo a formar,

²⁵ Tomás de Aquino, *Summa Theologiæ*, I-II, prólogo, 3.

usando de meios apropriados, juízos de consciência retos e verdadeiros. [...] O homem ouve e reconhece os ditames da lei divina por meio da consciência, que ele deve seguir fielmente em toda a sua atividade, para chegar ao seu fim, que é Deus. Não deve, portanto, ser forçado a agir contra a própria consciência, nem deve também ser impedido de atuar segundo ela, sobretudo em matéria religiosa” (DH 3).

8. Formação da consciência moral

Formar a consciência é, sobretudo, aprender a escutar a interioridade profunda de si mesmo, da humanidade; é saber discernir os apelos e os valores que brotam do interior, e que são expressão da ação de Deus nela, de Deus criador e de Deus santificador. Só de modo impróprio uma consciência bem formada pode ser entendida a que conhece as leis humanas, e julga que através delas, aplicadas com exatidão nas situações, chega à salvação. Pode haver aplicações que sejam sinal de uma consciência pouco sensível aos valores e pouco formada.

Alguns vícios na formação da consciência moral. O primeiro parte da noção de consciência como “voz da lei”, em sentido indiferenciado, que não distingue entre “lei natural”, “lei nova”, ou “lei da graça” e “leis humanas” civis ou eclesiásticas.

O segundo consiste em valorizar, sobretudo, o aspeto teórico e dedutivo. Isto é, chegar ao que deve ser feito, por um processo, em que o juízo da consciência se apresenta como a conclusão de um raciocínio ou silogismo, com todas as regras de construção formal. Falar de formação de consciência, nesta perspectiva, é insistir nas verdades que se devem saber e, sobretudo, nas normas a cumprir. Daí a infinita casuística em precisar exatamente até onde chega o permitido e onde começa o proibido.

Terceiro. Posição intelectualista em excesso, desconectada da realidade, fechada em si mesma. O que lhe é exterior, sobretudo os acontecimentos em que Deus pode falar, é mantido à distância, porque vem perturbar a linearidade do processo discursivo. Saber normas e leis e empenhar-se em cumpri-las não significa ter sensibilidade para perceber que a vontade de Deus se manifesta de muitos modos. Deriva de uma conceção estática e a-histórica da vida moral.

Quarto. Pedir e dar certezas, orientações claras e distintas, numa quase demissão da própria responsabilidade pessoal. Isso é gerador de dependências, infantilismos e autoritarismos. Por outro lado, como poucas vezes se podem e devem dar, diz-se que deixou de haver certezas, que se caiu no relativismo, no “tanto faz”, ou fica-se entrincheirado dentro de uma muralha que o próprio constrói para sua defesa, mas que se transforma em isolamento. A realidade individual é mutável e a resposta é aproximativa; não há respostas geometricamente exatas. Quem se queixa de falta de certezas está a confundir certezas de valores e princípios, com certezas de linhas operativas definidas até aos pormenores.

Objetivos da formação moral. O grande objetivo é a aquisição do discernimento; um processo, que deteta diferenças existentes entre várias realidades, um reconhecimento e uma busca da vontade de Deus que chama, nas situações ordinárias e nas conflituosas. Formar para o discernimento ético é formar para a capacidade de percepção do bem e para lhe responder com fidelidade. Não para um perfeccionismo moral, mas para a responsabilização pessoal. O objetivo geral pode concretizar-se em três aspetos:

Conscientização. Pretende-se que as pessoas se tornem conscientes, livres e responsáveis. Exige uma busca constante; não se limita à repetição, mais ou menos fiel, de estereótipos, às vezes pouco assimilados. Não se pode delegar nos outros a missão de viver, nem se pode permitir que os outros tirem, por medo, passividade ou comodismo, esta vocação intransferível. A função do formador é conscientizar, de modo ativo, o formando, fazendo dele um ator e não um espetador. Não repetidor do passado, mas agente ativo perante o futuro.

Consciência crítica. A pessoa ativa, condutora da sua própria vida, é capaz de exercer a sua atividade mediante a reflexão crítica, de separar-se daquilo que sempre se fez ou da moda do momento, para tomar distâncias e analisar a realidade criticamente; é difícil formar, mas é imperioso. O que se pretende é criar um conjunto de critérios e de hábitos que tenham como fundamento e meta a verdade e o bem. Neste sentido, formar criticamente para a maturidade e responsabilidade implica, nos formadores e nos formandos, a sua busca.

Consciência dinâmica. Há necessidade de olhar mais para o futuro do que para o passado; há necessidade de uma imaginação criadora para abrir novos caminhos, perscrutadora dos sinais dos tempos, vigilante e atenta para captar as interpelações da hora atual, sem medo de aceitar os desafios do mundo, disposta a tudo avaliar e enquadrar, na perspetiva histórico-salvífica. Relevância especial, nesta dinâmica, tem a chamada “consciência profética”.

Lugar do discernimento cristão. Quem vive a vida “em Cristo” não a vive isoladamente. Vive em comunhão visível e histórica; vive em Igreja. Por isso, o discernimento não pode ser uma ação puramente individual e privada. A fé, que está na base do discernimento, vive-se em comunhão na comunidade dos crentes. O cristão, ao fazer o seu discernimento de consciência, há de ter bem presente o que edifica a verdadeira comunidade. A dizermos Igreja, referimo-nos também ao Instituto de Vida Consagrada de que fazemos parte, ao seu carisma, ao seu património espiritual, às suas atividades e circunstâncias concretas.

No discernimento surgem, por vezes, questões difíceis e polémicas, porque nem todos têm a mesma capacidade de percepção, de escuta, e de diálogo, nem a mesma conceção de “Igreja”, “consciência”, “magistério”, “fidelidade”, “autoridade”, “serviço”, etc. Essas dificuldades, porém, podem tornar-se fecundas, para a busca da fidelidade às moções do Espírito.

Alguns métodos para a formação da consciência moral.

Testemunho. Pelo testemunho cria-se uma atitude vital contagiosa, que faz com que os outros se interroguem sobre a vida, a alegria, ao gosto pela verdade e pelo bem. O testemunho é o método que melhor respeita a consciência dos outros; basta estar a seu lado em atitude de respeito e de amor.

Esforço de lucidez. Há necessidade de estar atentos e vigilantes, diante do que sucede à volta. Há realidades e sinais que se percebem imediatamente, outros são mais difíceis de decifrar. Chega-se a eles através da escuta, do estudo, da oração, do conselho, etc.

Exame de consciência. Ajuda a estabelecer o diálogo entre a pessoa e Deus; falam a sós no santuário da consciência. Em atitude prospetiva prospetiva-se o futuro; em atitude retrospectiva, avalia-se o passado. Em paralelo ao exame de consciência, de âmbito individual, há a revisão de vida, em grupos e comunidades.

Acompanhamento espiritual. Para chegar à maturidade do eu, é precisa a abertura ao tu, em diálogo de comunidade ou de grupo, e a partir de relações interpessoais. A abertura do eu a várias pessoas é benéfica; mas para certos momentos da vida, e em relação a assuntos mais íntimos e delicados, o acompanhamento é importante para a formação da consciência moral.

Sacramento da Penitência. A atitude de penitência que o precede e lhe dá sentido, e a sua celebração sacramental, induzem a pessoa a conhecer e a assumir mais facilmente as responsabilidades humanas, sociais e religiosas. Exige e provoca uma revisão da opção fundamental e a tomada de consciência em relação aos nossos atos passados e presentes, nos quais se expressa; é, sobretudo, um potenciamento do dinamismo que projeta para o futuro. O sentido e a vivência da fé, a certeza que Deus está presente, a acusação das faltas, o arrependimento, o propósito em orientar o futuro de modo diferente e o esforço para mudar de vida implicam espírito de conversão contínua.

9. “O bem que fazes não seja por obrigação, mas de livre vontade”

Acabei de ler um livro sugestivo que pode servir de referência, quando tratamos das relações entre pessoas, em que uma tem supremacia moral ou espiritual, mas em Cristo são irmãos²⁶. Fala de fraternidade, de liberdade, de consciência. O mote é: “onde está Espírito do Senhor, aí está a liberdade” (2Cor 3,17).

²⁶ Adrien Candiard, OP, *À Philémon; réflexions sur la liberté chrétienne*, Cerf, Paris, 2019. Teve o “prémio da liberdade interior, 2019”.

Tem como referência de fundo o escrito da Bíblia mais curto, uma carta, um bilhete de Paulo a Filémon, pelos inícios dos anos 50. Paulo conheceu Filémon a quem batizou; criaram amizade em Cristo. Paulo na prisão, recebe um dia a visita de Onésimo, um escravo de Filémon, que se tinha escapado do seu dono, com algum dinheiro. Conheceu Paulo na casa do seu senhor; agora vai à sua procura em busca de apoio; encontra-o na prisão. Entra no caminho de Cristo pelo batismo. Paulo refere-se a ele como “um filho que gerei na prisão” (v. 10) e como “irmão fiel e querido que é um dos nossos” (Col 4,9).

E agora que fazer? Pode ser reconhecido, detido, punido cruelmente, andar fugitivo, ser morto. Regressa a Filémon e leva consigo uma pequena proteção para fazer face à cólera de Filémon, cólera apoiada no direito, na lei. É uma pequena carta de recomendação escrita com clareza e com delicadeza; não teoriza sobre a escravatura e a sua imoralidade. Convida sem ordenar; respeita a liberdade de Filémon, ajudando-o a ver a verdade; ajuda-o a tornar-se melhor; não lhe impõe fazer isto ou aquilo. Paulo, na sua conversão, fez a experiência de ser liberto do homem velho, de viver da lei nova, a lei da graça, é isso que o move.

“Quando Paulo pregou o Evangelho, a Boa Nova, a Filémon, não tinha mais a anunciar-lhe do que aquilo que ele próprio tinha descoberto, no dia da sua própria libertação, pelo amor superabundante e gratuito de Deus, no caminho de Damasco. Compreende-se por que na carta não ordena a Filémon libertar Onésimo, seu escravo em fuga. Se o objetivo fosse a libertação de Onésimo, não seria muito eficaz. Para nós, o que pensamos ser eficaz é dar ordens, uma regra de vida, ou talvez manipular”²⁷.

Paulo recusa as formas de servilismo à lei em que gostamos de nos refugiar.

“Quando fica furioso, por exemplo na carta aos Gálatas, é sempre quando nos cristãos aparece a tentação de viver a relação com Deus sob forma de escravidão. Quando se inventam novas regras às quais se condiciona a salvação. [...] Sabe que a servidão, e sobretudo a servidão interior, proporciona alguns confortos. A liberdade é frágil; por isso, é preciso salvaguardá-la a todo o custo”²⁸.

Paulo não ordena, não toma as rédeas da vida de Filémon, em vez disso escreve com delicadeza pelo seu próprio punho:

“Ainda que eu tenha toda a autoridade em Cristo para te impor o que mais convém, levado pela caridade, prefiro pedir. [...] Peço-te por Onésimo [...] é ele que eu te envio; ele, isto é, o meu próprio coração. [...] Bem desejava mantê-lo junto de mim, [...] porém, nada quero fazer sem o teu consentimento para que o bem que fazes não seja por obrigação, mas de livre vontade” (vv. 8-14).

²⁷ *Ibidem*, 48.

²⁸ *Ibidem*, 57.

E mais adiante: “Escrevo-te porque confio na tua obediência: sei que até farás mais do que aquilo que digo (v. 21). “Conhecemo-lo mais direto, até mais sanguíneo, mas há uma coisa que não pode fazer: forçar uma consciência”²⁹ a seguir um dos caminhos: o do acolhimento fraterno ou o do castigo.

“Paulo não é um ingénuo, nem um indiferente. Se não diz a Filémon o que deve fazer não é porque, a seus olhos, as duas opções sejam equivalentes e que, depois de tudo, pode muito bem, em nome da sua liberdade, libertar Onésimo ou castiga-lo; sabe muito bem que há nesta escolha um bem evidente e um mal evidente. Mas sabe também que nada obterá, se simplesmente obrigar Filémon a agir bem. É preciso que o queira, que nisso reconheça o bem, em consciência; e isso Paulo não o pode fazer em seu lugar”³⁰.

O autor centra-se numa perspectiva de acolhimento de Cristo que informa e até transforma a consciência e a liberdade; é a sua experiência vital.

“Como Paulo descobriu no caminho de Damasco, a vida cristã não pode ser um conjunto de coisas a fazer para merecer a amizade de Deus, mas o acolhimento desta amizade que Cristo propõe. E esta amizade, como toda a verdadeira amizade, não se impõe por ordens; escolhe-se livremente. É ela que, pouco a pouco, transforma o coração da pessoa, que pode mudar, não porque se sente culpada, mas porque se sabe amada. É o caso de todas as conversões espetaculares do Evangelho. Se Zaqueu, o coletor de impostos, muda radicalmente; se deixa, de um dia para o outro, de apropriar-se dos impostos que cobra aos seus compatriotas em nome do ocupante romano, e decide reembolsar tudo de que ilegitimamente se apropriou, não é porque Jesus lhe andou a pregar a moral. Não lhe disse que o roubo era mal. Apenas se fez convidado à sua casa. Olhou-o com amizade, e esta amizade tudo mudou”³¹.

Não há na vida cristã vida moral sem vida espiritual, a vida do Espírito Santo em nós, a lei do Espírito de que fala S. Paulo, e que Tomás de Aquino tão bem sistematizou. É a lei nova, a lei evangélica, a lei da liberdade, a “lei que dá vida em Cristo” (Rom 8, 2). Abertos a ela, somos ao mesmo tempo esclarecidos sobre o que é bom, desejosos de o realizar, fortalecidos e libertos de coisas que nos detêm. A ação de Paulo junto de Filémon “está ao serviço de um diálogo que não é seu, em que ele não é um interlocutor, mas apenas um ministro; o de Filémon e do Espírito Santo. Seguramente que seria grande a tentação de sair desse papel e mostrar-se mais ativo, mais preciso, mais pressionante”³².

A vida cristã é crescer em liberdade: “foi para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gal 5, 1). É um apelo à responsabilidade própria, à própria escolha do bem, antes do que a uma obediência pueril.

²⁹ *Ibidem*, 56.

³⁰ *Ibidem*, 63-64.

³¹ *Ibidem*, 64-65; cfr Lc 10, 1-10.

³² *Ibidem*, 65-66.

“Esta moral que se funda na vida espiritual, esta moral que se enraíza na amizade com Cristo, não é menos exigente do que a que pede apenas obediência a regras. É-o muito mais, porque não espera somente um determinado gesto, o sacrifício de um determinado prazer ou de uma determinada meia hora. Pede nada menos que o nosso ser total, porque não podemos entrar nesta amizade, sem entrar nela com toda a nossa pessoa. Uma pessoa sem dúvida imperfeita, mas que Deus saberá bem conduzir, mesmo que estejamos pouco decididos a segui-lo. É talvez porque percebemos o que esta moral tem de exigente, e mesmo de exorbitante, que nos esquivamos, tantas vezes, preferindo a outra, a da obediência a ordens; no fim de contas, muito mais fácil”³³.

Tornando ao texto. Paulo usa palavras simples e claras a Filémon. Onésimo regressa “não já como escravo, mas muito mais do que escravo, como irmão muito amado”. Esta fraternidade não é uma fórmula piedosa e insípida nem é um conceito vago, mas uma realidade concreta, natural e sobrenatural; será sempre para ele um irmão “tanto na carne como no Senhor” (v. 16). Filémon deve aperceber-se que,

“depois que se tornou cristão, vive rodeado de irmãos; ao escolher entrar na amizade de Cristo, amizade que, por seu lado, apenas pode viver, oferecendo-a a todos; perdeu, por isso, até a possibilidade de ter escravos. Já não há na terra pessoa de quem se possa servir, que se reduza à sua conveniência. Perdeu os seus escravos”³⁴.

Não se trata de uma ilusão romântica.

“Ser irmão não significa estabelecer naturalmente relações serenas e harmoniosas, igualitárias e respeitadas; graças a Deus, isso sucede. Mas fraternidade não é sempre amizade. Os que, como eu, vivem em comunidades religiosas compostas por ‘irmãos’ ou ‘irmãs’ sabem perfeitamente que não é possível partilhar as mesmas afinidades, a mesma cumplicidade, com todas as pessoas que não se escolheram, e que uma comunidade nunca é um grupo de amigos, mesmo quando todos os seus membros são muito próximos. É que a fraternidade é qualquer coisa de mais fundamental, quase mais primitivo. Ser irmão ‘na carne,’ ou ‘no Senhor’, não é amar-se sempre. Ser irmão é nunca desistir do seu irmão; ser irmão é nunca estar desobrigado”³⁵.

As primeiras palavras do título do documento que serve de ponto de referência desta exposição são “o dom da fidelidade” e no texto é recorrente. Nos outros documentos não tem tanta relevância. Que fidelidade se anuncia? Que fidelidade se denuncia? Queremos concluir com uma citação de Bernhard Häring, que propõe para a vida e Teologia Moral o lema *Livres e Fiéis em Cristo*. Aqui retirada de outro texto.

³³ *Ibidem*, 67-68.

³⁴ *Ibidem*, 113.

³⁵ *Ibidem*, 114-115.

“Para dizer com toda a vida o nosso ámen total à fidelidade de Deus e união com Cristo, temos de nos libertar de determinadas ideias falsas a propósito desta virtude, ideias que impedem a muitos, frequentemente, de captar a sua exigência decisiva. Numa sociedade estática e estancada amiúde se confunde facilmente a fidelidade com o apego puro e simples à tradição. A fidelidade pregada pelos profetas e vivida com grande diligência pelos santos significa a valentia de viver o Evangelho criativamente de maneira nova, mesmo que isso contradiga a direção de marcha de uma grande parte. [...]

A fidelidade nada tem que ver com a submissão ou com uma observância mecânica de leis exteriores, sem se preocupar com o seu sentido e sem as ver à luz de toda a vida cristã, sobretudo à luz do amor redimido e do espírito de corresponsabilidade. Fidelidade no sentido de Cristo não é nem sequer adesão a causas ou a grupos, se isso conduz na prática a traição a própria consciência. [...] A nossa fidelidade à Igreja vai muito para lá da observância das leis eclesásticas. A Igreja tem necessidade de cristãos que usem criativamente as suas qualidades e o seus carismas. [...] A dimensão criadora da fidelidade expressa-se particularmente bem pelas afirmações bíblicas relativas aos dons e aos frutos do Espírito Santo”³⁶.

³⁶ Bernhard Häring, CSSR, *Llamados a la santidad*, Herder, Barcelona, 1985. 85-86.